

Sarney confiante numa Constituição reformista

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney confia em que a Assembleia Nacional Constituinte chegará, no ano que vem, a um texto avançado e reformista de nova Constituição, acorde com as necessidades institucionais, econômicas e sociais do Brasil moderno, assim como essencialmente democrática. Mostra-se satisfeito diante de informações referentes ao sentido progressista das sugestões que estariam surgindo da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais e volta sua atenção para as eleições de novembro. Espera que, delas, surjam bancadas amplamente majoritárias da Aliança Democrática, em condições de promulgar uma Carta renovadora e democrática, sem excessos radicais e sem o imobilismo retrógrado da atual.

Esses são os desejos dos responsáveis pela Nova República, mas eles reunirão todas as previsões feitas atualmente no País? Nem tanto. Lá para os lados da Ordem dos Advogados do Brasil, da CNBB, do governo de Leonel Brizola e dos gabinetes de Luís Ignácio da Silva, há quem pense e até deseje o contrário. Sabem os segmentos desalinhados com a Nova República serem verdadeiros os cálculos eleitorais do presidente José Sarney. O PMDB e o PFL, mesmo divididos e em pé de guerra, farão ampla maioria no novo Congresso a ser transformado em Assembleia Nacional Constituinte. E, salvo grupos minoritários de um lado e de outro, a grande massa parlamentar-constituinte vai surgir disposta a apoiar as linhas gerais da Constituição desejada por Sarney: reformista mas não extremista.

Por isso, boa parte do pessoal que se opõe ao governo, dentro de suas diversas nuances, começa a formular alternativas para o que parece um fato consumado. Já estão, previamente, repudiando a nova Constituição e imaginando que diante dela a estratégia só pode ser uma: da crítica e da desmoralização. Imaginam mobilizar suas forças minoritárias no novo Congresso para logo depois da promulgação da Carta começar a contestá-la. E isso se fará sob várias iniciativas. Primeiro, pela apresentação de emendas constitucionais extremadas logo no início de 1988, não visando propriamente aprová-las, por falta de número, mas sensibilizar a opinião pública para elas. Depois, denunciando a Assembleia Constituinte como ilegítima (no que não estarão totalmente errados), tentando atingir o texto e apontá-lo como imperfeito e em desacordo com as necessidades sociais. Daí a lançarem nas ruas uma campanha pela convocação da "verdadeira Assembleia Constituinte" será um pulo.

Esse plano de batalha nem seria considerado pela Nova República, não fossem alguns fatores. Acontece que o ano de 1988 será agitado, politicamente. Tudo o que não for conseguido em matéria de reivindicações terá como culpa a nova Constituição, e essa gritaria irá desembocar na sucessão presidencial já então em marcha; sendo o mandato do presidente José Sarney fixado em quatro ou em cinco anos, o mais provável. Neste caso, as eleições se darão em novembro de 1989. Naquele, 12 meses antes.

Em qualquer das hipóteses, a coisa pode pegar fogo. Leonel Brizola imagina recuperar-se no mais tardar nessa oportunidade, lançando-se candidato à Presidência sob a égide do repúdio às estruturas institucionais que a Nova República ti-

ver criado. O PT não deixará de fazer o mesmo, aliando-se ou não ao caudilho. A CNBB, pelo que tudo indica, engrossará as fileiras da contestação, evidentemente que negando qualquer envolvimento político-partidário. A Ordem dos Advogados, partindo de um preciosismo jurídico até louvável, acabará engrossando essas fileiras. E daí por diante, com ênfase para o movimento sindical.

Seria sintostose demais imaginar que, de uma ebulição dessas, voltassem ao palco as forças bandidas a 15 de março de 1985. Mas que se trata de uma possibilidade, não haverá que duvidar. Afinal, mesmo submetendo-se à Nova República, elas se encontram ordenadas, organizadas e atentas.

Existe um antídoto óbvio para as más previsões. Visando anulá-las, ou reduzi-las à expressão mais simples, basta que o governo Sarney continue dando certo. Que as iniciativas oficiais produzam efeito e que a Nova Constituição, sem ser radical, propicie o avanço e a consolidação do atual programa em desenvolvimento. Inflação controlada, maior participação da sociedade nas decisões nacionais, reformas eficazes no campo, na administração e nas cidades, incentivo à iniciativa privada, eliminação do déficit público e pleno emprego servirão para abafar qualquer campanha oposicionista. Especialmente se o bloco partidário que sustenta a Nova República mantiver-se firme, chamando-se ou não Aliança Democrática, criando-se ou não novos partidos.

Existem obstáculos diante da trajetória imaginada pelo Palácio do Planalto para realizar os objetivos enunciados acima e para limitar o espaço de seus adversários. O primeiro está na natureza das coisas. Não se muda um país, de alto a baixo, em tão pouco tempo. Vícios do passado, posturas enraizadas há décadas, dificuldades como a pobreza, a doença e a miséria — nada disso se elimina da noite para o dia. Acresce que a Assembleia Nacional Constituinte poderá não corresponder e talvez se mostre despreparada para a função que dela se espera. Pelo menos, até hoje, a idéia não sensibilizou. Basta atentar para as campanhas emergentes, onde predominam os entevos e as disputas para os governos estaduais. Os candidatos a deputado e a senador parecem muito mais preocupados em encontrar um postulante ao governo estadual que lhes sirva de força motriz do que, propriamente, em apresentar-se defendendo teses constitucionais. Fosse feita pesquisa popular a respeito de quem sabe o que será a Constituinte ou sobre que reformas a maioria imagina poderem implantar-se e os resultados frustrariam intenções e ilusões. Nos partidos, fora um arremedo elaborado pelo PT, do que menos se cuida é da Nova Constituição. Aqui e ali algum segmento social alardeia retoricamente suas preocupações, mas coisa concreta, mesmo, provém exclusivamente da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais. E ela é acusada de elitista e de estar apenas reescrevendo a Carta atual, expurgando-a do lico autoritário e timidamente evoluindo nos capítulos da ordem econômica e da ordem social, não obstante as informações chegadas ao presidente Sarney, sobre seu sentido reformista. Pode ser que o produto final a ser entregue por mestre Afonso Arinos acabe por surpreender, como pode ser que não. Mas se até 1º de fevereiro do ano que vem dispusermos apenas desse roteiro para os trabalhos constituintes...

C.C.